

ANO II - EDIÇÃO Nº 303 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 14 de junho de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 053/2017

Dispõe sobre a disponibilidade remunerada de membro e vacância do cargo de 2ª Promotor de Justiça de Dianópolis.

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, nos termos do artigo 9º, §2º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público na 178ª Sessão Ordinária, realizada em 09/05/2017, que acolheu, por maioria, o voto do Relator, nos Autos CSMP/REQ Nº 005/2017, que julgou “improcedente o pedido da garantia da vaga de 4º Promotor de Justiça de Porto Nacional, formulado pelo Dr. Rodrigo Barbosa Garcia Vargas” e determinou que o mesmo “seja classificado em quadro especial, declarando a vacância do cargo de 2º Promotor de Justiça de Dianópolis”;

RESOLVE:

Art. 1º COLOCAR EM DISPONIBILIDADE REMUNERADA o Promotor de Justiça Rodrigo Barbosa Garcia Vargas, classificando-o em Quadro Especial;

Art. 2º DECLARAR vago o cargo de 2ª Promotor de Justiça de Dianópolis.

Art. 3º O presente Ato tem efeitos retroativos a partir do trânsito em julgado da decisão do CSMP.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ATO Nº 054/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 127, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 10, inciso VI, da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 17, inciso V, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tomada na 179ª Sessão Ordinária, ocorrida na data de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

REMOVER, pelo critério de Antiquidade, o Promotor

de Justiça de Arapoema ADAILTON SARAIVA SILVA, ao cargo de Promotor de Justiça de Alvorada.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ATO Nº 055/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 127, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 10, inciso VI, da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 17, inciso V, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tomada na 179ª Sessão Ordinária, ocorrida na data de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

REMOVER, pelo critério de Antiquidade, a 7ª Promotora de Justiça de Porto Nacional MÁRCIA MIRELE STEFANELLO VALENTE, ao cargo de 4º Promotor de Justiça de Porto Nacional.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ATO Nº 056/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 127, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 10, inciso VI, da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 17, inciso V, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tomada na 179ª Sessão Ordinária, ocorrida na data de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

REMOVER, pelo critério de Merecimento, o 2º Promotor de Justiça de Paraíso do Tocantins DIEGO NARDO, ao cargo de 6º Promotor de Justiça de Porto Nacional.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

ATO Nº 057/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 127, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 10, inciso VI, da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 17, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tomada na 179ª Sessão Ordinária, ocorrida na data de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

REMOVER, pelo critério de Antiguidade, o Promotor de Justiça de Formoso do Araguaia RODRIGO ALVES BARCELLOS, ao cargo de 2º Promotor de Justiça de Miranorte.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ATO Nº 058/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 127, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 10, inciso VI, da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 17, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tomada na 179ª Sessão Ordinária, ocorrida na data de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

PROMOVER, pelo critério de Merecimento, o Promotor de Justiça Substituto LEONARDO VALÉRIO PULIS ATENIENSE, ao cargo de Promotor de Justiça de Ponte Alta do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 391/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Sistema de Plantão instituído do âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme Ato 072/2016;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 975, de 12 de dezembro de 2016, na parte que designou os Promotores de Justiça da 8ª Regional (Palmas), que permaneçam de plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme escala adiante:

8ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Palmas	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
15 a 18/06/2017	22ª Promotoria de Justiça da Capital

Art. 2º Revogam-se as disposições com contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 392/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria 384/2017, na parte que designou o Promotor de Justiça ADRIANO ZIZZA ROMERO para atuar no Mutirão de audiências da Comarca de Miranorte – TO, no dia 14 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 393/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008 e Art.127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a importância do “Projeto Nacional das Audiências de Custódia”, que incorpora à legislação a obrigatoriedade de apresentação da pessoa presa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, consubstanciado na realização de audiência logo após a prisão;

CONSIDERANDO que o “Projeto Nacional das Audiências de Custódia” também busca a concretização de um mecanismo de controle da legalidade e necessidade da prisão em flagrante, permitindo aferir eventual afronta aos direitos da pessoa presa, inclusive prevenção e combate à tortura;

CONSIDERANDO à realidade das mais diversas Promotorias de Justiça, e com o propósito de assegurar tratamento uniforme e isonômico aos presos de todas as unidades judiciárias;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO para atuar nas audiências de custódia da Comarca de Palmas – TO, no dia 12 de junho de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 394/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR MANOEL REVERENDO JUNQUEIRA NETO do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO, a partir de 09 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 396/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO a anuência dos Promotores de Justiça Rodrigo Grisi Nunes e Valéria Buso Rodrigues Borges, nos termos do Ofício nº 137/2017/COORDARN, de 12 de junho de 2017, protocolizado sob o número 07010166433201711;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 329/2017 para estabelecer lotação provisória à servidora ALDA LOPES DA SILVA, Analista Ministerial - Especialidade Ciências Jurídicas, matrícula nº 84208, na 10ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO, no período de 22 de maio de 2017 a 12 de junho de 2017.

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições contrárias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 397/2017

O SUBPROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 14 de junho de 2017, a Portaria 342/2017, que designou a Promotora de Justiça WERUSKA REZENDE FUSO PRUDENTE para responder, cumulativamente, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional – TO.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 398/2017

O SUBPROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 21 de junho de 2017, a Portaria 109/2017, que designou o Promotor de Justiça CALEB DE MELO FILHO para responder, cumulativamente, pela Promotoria de Justiça de Alvorada – TO.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 399/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ALLANE THÁSSIA TENÓRIO, matrícula nº 66207, para, em substituição, exercer o cargo em comissão de Chefe da Secretaria do Conselho Superior do Ministério, no período de 30 de maio a 13 de junho de 2017, durante o afastamento por motivo de licença para tratamento de saúde, da titular do cargo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 400/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Sistema de Plantão instituído do âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme Ato nº 072/2016,

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR a escala de plantão no âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana, feriados e pontos facultativos no segundo semestre de 2017, conforme a seguir:

1º REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Ananás, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Itaguatins, Tocantinópolis e Xambioá	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
30/06 a 07/07/2017	1ª Promotoria de Justiça de Araguatins
07 a 14/07/2017	2ª Promotoria de Justiça de Araguatins
14 a 21/07/2017	Promotoria de Justiça de Xambioá
21 a 28/07/2017	Promotoria de Justiça de Ananás
28/07 a 04/08/2017	1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
04 a 11/08/2017	Promotoria de Justiça de Itaguatins
11 a 18/08/2017	Promotoria de Justiça de Axixá
18 a 25/08/2017	1ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis
25/08 a 01/09/2017	2ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis
01 a 06/09/2017	2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
06 a 15/09/2017	3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
15 a 22/09/2017	2ª Promotoria de Justiça de Araguatins
22 a 29/09/2017	Promotoria de Justiça de Xambioá
29/09 a 06/10/2017	1ª Promotoria de Justiça de Araguatins
06 a 13/10/2017	Promotoria de Justiça de Ananás
13 a 20/10/2017	Promotoria de Justiça de Itaguatins
20 a 27/10/2017	Promotoria de Justiça de Axixá
27/10 a 03/11/2017	1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
03 a 10/11/2017	2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
10 a 17/11/2017	3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
17 a 24/11/2017	1ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis
24/11 a 01/12/2017	2ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis
01 a 08/12/2017	1ª Promotoria de Justiça de Araguatins
08 a 15/12/2017	2ª Promotoria de Justiça de Araguatins
15 a 19/12/2017	Promotoria de Justiça de Ananás
2º REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Araguaína, Filadélfia, Goiatins e Wanderlândia	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
30/06 a 07/07/2017	13ª Promotoria de Justiça de Araguaína
07 a 14/07/2017	11ª Promotoria de Justiça de Araguaína
14 a 21/07/2017	1ª Promotoria de Justiça de Araguaína
21 a 28/07/2017	Promotoria de Justiça de Filadélfia
28/07 a 04/08/2017	Promotoria de Justiça de Wanderlândia
04 a 11/08/2017	Promotoria de Justiça de Goiatins
11 a 18/08/2017	13ª Promotoria de Justiça de Araguaína
18 a 25/08/2017	3ª Promotoria de Justiça de Araguaína
25/08 a 01/09/2017	9ª Promotoria de Justiça de Araguaína
01 a 06/09/2017	Promotoria de Justiça de Goiatins
06 a 15/09/2017	10ª Promotoria de Justiça de Araguaína
15 a 22/09/2017	12ª Promotoria de Justiça de Araguaína
22 a 29/09/2017	13ª Promotoria de Justiça de Araguaína
29/09 a 06/10/2017	6ª Promotoria de Justiça de Araguaína
06 a 13/10/2017	11ª Promotoria de Justiça de Araguaína
13 a 20/10/2017	Promotoria de Justiça de Wanderlândia
20 a 27/10/2017	Promotoria de Justiça de Filadélfia
27/10 a 03/11/2017	8ª Promotoria de Justiça de Araguaína
03 a 10/11/2017	7ª Promotoria de Justiça de Araguaína
10 a 17/11/2017	Promotoria de Justiça de Wanderlândia
17 a 24/11/2017	4ª Promotoria de Justiça de Araguaína
24/11 a 01/12/2017	3ª Promotoria de Justiça de Araguaína
01 a 08/12/2017	2ª Promotoria de Justiça de Araguaína
08 a 15/12/2017	Promotoria de Justiça de Filadélfia
15 a 19/12/2017	Promotoria de Justiça de Goiatins
3º REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Arapoema, Colinas do Tocantins, Colmeia, Guaraí, Itacajá e Pedro Afonso	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
30/06 a 07/07/2017	4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
07 a 14/07/2017	3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
14 a 21/07/2017	2ª Promotoria de Justiça de Guaraí
21 a 28/07/2017	Promotoria de Justiça de Colmeia
28/07 a 04/08/2017	Promotoria de Justiça de Itacajá
04 a 11/08/2017	2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
11 a 18/08/2017	1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso
18 a 25/08/2017	1ª Promotoria de Justiça de Guaraí
25/08 a 01/09/2017	Promotoria de Justiça de Arapoema
01 a 06/09/2017	3ª Promotoria de Justiça de Guaraí
06 a 15/09/2017	2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
15 a 22/09/2017	2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso
22 a 29/09/2017	3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
29/09 a 06/10/2017	1ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
06 a 13/10/2017	4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
13 a 20/10/2017	Promotoria de Justiça de Arapoema
20 a 27/10/2017	Promotoria de Justiça de Colmeia
27/10 a 03/11/2017	Promotoria de Justiça de Itacajá
03 a 10/11/2017	1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso
10 a 17/11/2017	2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso
17 a 24/11/2017	1ª Promotoria de Justiça de Guaraí
24/11 a 01/12/2017	2ª Promotoria de Justiça de Guaraí
01 a 08/12/2017	3ª Promotoria de Justiça de Guaraí
08 a 15/12/2017	1ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
15 a 19/12/2017	2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins

4ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Araguacema, Cristalândia, Miracema do Tocantins, Miranorte, Paraíso do Tocantins, Pium e Tocantínia	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
30/06 a 07/07/2017	5ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
07 a 14/07/2017	3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
14 a 21/07/2017	4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
21 a 28/07/2017	Promotoria de Justiça de Pium
28/07 a 04/08/2017	1ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
04 a 11/08/2017	1ª Promotoria de Justiça de Miranorte
11 a 18/08/2017	2ª Promotoria de Justiça de Miranorte
18 a 25/08/2017	Promotoria de Justiça de Araguacema
25/08 a 01/09/2017	Promotoria de Justiça de Tocantínia
01 a 06/09/2017	Promotoria de Justiça de Cristalândia
06 a 15/09/2017	2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
15 a 22/09/2017	3ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
22 a 29/09/2017	1ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
29/09 a 06/10/2017	2ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
06 a 13/10/2017	3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
13 a 20/10/2017	4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
20 a 27/10/2017	5ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
27/10 a 03/11/2017	1ª Promotoria de Justiça de Miranorte
03 a 10/11/2017	2ª Promotoria de Justiça de Miranorte
10 a 17/11/2017	Promotoria de Justiça de Cristalândia
17 a 24/11/2017	Promotoria de Justiça de Araguacema
24/11 a 01/12/2017	Promotoria de Justiça de Pium
01 a 08/12/2017	Promotoria de Justiça de Tocantínia
08 a 15/12/2017	1ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
15 a 19/12/2017	2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
5ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Natividade, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins e Porto Nacional	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
30/06 a 07/07/2017	2ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
07 a 14/07/2017	4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
14 a 21/07/2017	5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
21 a 28/07/2017	Promotoria de Justiça de Natividade
28/07 a 04/08/2017	1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
04 a 11/08/2017	Promotoria de Justiça de Novo Acordo
11 a 18/08/2017	3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
18 a 25/08/2017	6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
25/08 a 01/09/2017	7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
01 a 06/09/2017	Promotoria de Justiça de Ponte Alta
06 a 15/09/2017	Promotoria de Justiça de Novo Acordo
15 a 22/09/2017	1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
22 a 29/09/2017	2ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
29/09 a 06/10/2017	3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
06 a 13/10/2017	Promotoria de Justiça de Natividade
13 a 20/10/2017	4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
20 a 27/10/2017	5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
27/10 a 03/11/2017	6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
03 a 10/11/2017	7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
10 a 17/11/2017	Promotoria de Justiça de Ponte Alta
17 a 24/11/2017	Promotoria de Justiça de Novo Acordo
24/11 a 01/12/2017	1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
01 a 08/12/2017	2ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
08 a 15/12/2017	5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
15 a 19/12/2017	6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
6ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Alvorada, Araguaçu, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Palmeirópolis e Peixe	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
30/06 a 07/07/2017	Promotoria de Justiça de Alvorada
07 a 14/07/2017	Promotoria de Justiça de Araguaçu
14 a 21/07/2017	Promotoria de Justiça de Figueirópolis
21 a 28/07/2017	Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia
28/07 a 04/08/2017	Promotoria de Justiça de Palmeirópolis
04 a 11/08/2017	Promotoria de Justiça de Peixe
11 a 18/08/2017	1ª Promotoria de Justiça de Gurupi
18 a 25/08/2017	2ª Promotoria de Justiça de Gurupi
25/08 a 01/09/2017	3ª Promotoria de Justiça de Gurupi
01 a 06/09/2017	5ª Promotoria de Justiça de Gurupi
06 a 15/09/2017	8ª Promotoria de Justiça de Gurupi
15 a 22/09/2017	4ª Promotoria de Justiça de Gurupi
22 a 29/09/2017	7ª Promotoria de Justiça de Gurupi
29/09 a 06/10/2017	6ª Promotoria de Justiça de Gurupi
06 a 13/10/2017	Promotoria de Justiça de Araguaçu
13 a 20/10/2017	Promotoria de Justiça de Alvorada
20 a 27/10/2017	Promotoria de Justiça de Figueirópolis
27/10 a 03/11/2017	Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia
03 a 10/11/2017	9ª Promotoria de Justiça de Gurupi
10 a 17/11/2017	Promotoria de Justiça de Peixe
17 a 24/11/2017	1ª Promotoria de Justiça de Gurupi
24/11 a 01/12/2017	4ª Promotoria de Justiça de Gurupi
01 a 08/12/2017	Promotoria de Justiça de Palmeirópolis
08 a 15/12/2017	5ª Promotoria de Justiça de Gurupi
15 a 19/12/2017	6ª Promotoria de Justiça de Gurupi

07 a 14/07/2017	Promotoria de Justiça de Paranã
14 a 21/07/2017	Promotoria de Justiça de Arraias
21 a 28/07/2017	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins
28/07 a 04/08/2017	Promotoria de Justiça de Paranã
04 a 11/08/2017	1ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
11 a 18/08/2017	2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
18 a 25/08/2017	Promotoria de Justiça de Taguatinga
25/08 a 01/09/2017	Promotoria de Justiça de Almas
01 a 06/09/2017	1ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
06 a 15/09/2017	2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
15 a 22/09/2017	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins
22 a 29/09/2017	Promotoria de Justiça de Paranã
29/09 a 06/10/2017	Promotoria de Justiça de Arraias
06 a 13/10/2017	Promotoria de Justiça de Taguatinga
13 a 20/10/2017	Promotoria de Justiça de Almas
20 a 27/10/2017	1ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
27/10 a 03/11/2017	2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
03 a 10/11/2017	Promotoria de Justiça de Arraias
10 a 17/11/2017	Promotoria de Justiça de Paranã
17 a 24/11/2017	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins
24/11 a 01/12/2017	Promotoria de Justiça de Taguatinga
01 a 08/12/2017	Promotoria de Justiça de Almas
08 a 15/12/2017	1ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
15 a 19/12/2017	2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
8ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Palmas	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
30/06 a 07/07/2017	26ª Promotoria de Justiça da Capital
07 a 14/07/2017	2ª Promotoria de Justiça da Capital
14 a 21/07/2017	9ª Promotoria de Justiça da Capital
21 a 28/07/2017	3ª Promotoria de Justiça da Capital
28/07 a 04/08/2017	4ª Promotoria de Justiça da Capital
04 a 11/08/2017	29ª Promotoria de Justiça da Capital
11 a 18/08/2017	28ª Promotoria de Justiça da Capital
18 a 25/08/2017	30ª Promotoria de Justiça da Capital
25/08 a 01/09/2017	1ª Promotoria de Justiça da Capital
01 a 06/09/2017	5ª Promotoria de Justiça da Capital
06 a 15/09/2017	7ª Promotoria de Justiça da Capital
15 a 22/09/2017	8ª Promotoria de Justiça da Capital
22 a 29/09/2017	10ª Promotoria de Justiça da Capital
29/09 a 06/10/2017	11ª Promotoria de Justiça da Capital
06 a 13/10/2017	16ª Promotoria de Justiça da Capital
13 a 20/10/2017	17ª Promotoria de Justiça da Capital
20 a 27/10/2017	18ª Promotoria de Justiça da Capital
27/10 a 03/11/2017	14ª Promotoria de Justiça da Capital
03 a 10/11/2017	13ª Promotoria de Justiça da Capital
10 a 17/11/2017	15ª Promotoria de Justiça da Capital
17 a 24/11/2017	19ª Promotoria de Justiça da Capital
24/11 a 01/12/2017	20ª Promotoria de Justiça da Capital
01 a 08/12/2017	21ª Promotoria de Justiça da Capital
08 a 15/12/2017	22ª Promotoria de Justiça da Capital
15 a 19/12/2017	23ª Promotoria de Justiça da Capital

Art. 2º O Promotor de Justiça que atuar em substituição ou designação será responsável pelo plantão da respectiva Promotoria de Justiça.

Art. 3º Nos feriados e pontos facultativos declarados neste Ministério Público Estadual, precedentes e contíguos ao final de semana, aplicar-se-á o disposto no Art. 2º, II, do ATO PGJ Nº 072, de 13 de setembro de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA

DESPACHO Nº 279/2017 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e do Ato nº 72/2016, considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, considerando a Portaria vigente que

fixa a escala de plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados, bem como suas alterações respectivas, DEFIRO o pedido formulado pelo Promotor de Justiça DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga nos dias 06 e 11 de setembro de 2017, em compensação aos dias 05 e 06/12/2015; 30/01 a 03/02/2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: JACQUELINE OROFINO DA SILVA ZAGO DE OLIVEIRA

DESPACHO Nº 280/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 072/2016, DEFIRO o pedido formulado pela Promotora de Justiça JACQUELINE OROFINO DA SILVA ZAGO DE OLIVEIRA, para conceder-lhe 05 (cinco) dias de folga nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de junho de 2017, em compensação aos dias 23 e 27/01/2017, 30/01/2017 e 03/02/2017, 03/03 e 10/03/2017, 03/06 e 04/06/2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PINTO

DESPACHO Nº 281/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PINTO, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga, a serem usufruídos no período de 19 a 21 de 2017, em compensação aos dias 05 a 12 de maio de 2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: GUILHERME GOSELING ARAÚJO

DESPACHO Nº 282/2017 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando o deslocamento efetuado pelo Promotor de Justiça GUILHERME GOSELING ARAÚJO, de Paraíso do Tocantins/Araguacema/Paraíso do Tocantins, no período de 06 a 09 de junho de 2017, para participar audiências, conforme Memória de Cálculo nº 053/2017, e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 185,44 (cento e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADA: BRUNO MANOEL VIEIRA BORRALHO

DESPACHO Nº 283/2017 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando a viagem a serviço efetuada pela servidor BRUNO MANOEL VIEIRA BORRALHO, matrícula n.º 140016, no itinerário entre Pedro Afonso/Palmas/Pedro Afonso, nos dias 29 e 30 de maio de 2017, atendendo Convocação, para participarem das Oficinas de Capacitação para Operação do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (E-EXT), conforme Memória de Cálculo nº 052/2017, e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido servidor, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 131,00 (cento e trinta e um reais), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO: 2016/0701/00183

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins - MPE/TO e Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins

OBJETO: Alterar a Cláusula Segunda, inciso II, alíneas “a” e “b”, do Termo de Cooperação Técnica nº 005/2016, que regulamentou a utilização de Hardware e Software do Sistema de Monitoramento de Sinais – Guardiã por parte da Secretaria da Segurança Pública, bem ainda de mobiliário e instalações físicas da Procuradoria-Geral de Justiça, para fins de realização de investigações criminais a cargo da Polícia Civil do Estado do Tocantins.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2017.

SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira / Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e César Roberto Simoni de Freitas / Secretário de Segurança Pública

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

DIRETORIA-GERAL

AUTOS Nº: 2017.0701.00286
PARECER Nº: 101/2017
ASSUNTO: Flexibilização da jornada diária de trabalho
INTERESSADO: Anderson Martins Santiago

DECISÃO Nº. 066/2017

À vista do que consta no Requerimento do servidor (fls. 02/03), com a devida ciência e anuência da chefia imediata (fl. 03), onde restou plenamente demonstrado o atendimento às exigências do Ato/PGJ nº 056/2015, considerando ainda a ponderação apontada no Parecer nº 101/2017, da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, de 08 de junho de 2017 (fls. 12/14), em conformidade com os dispostos do artigo 2º c/c §1º, do art. 3º, ambos do citado Ato, e por força do artigo 2º, inciso I, alínea "b", c/c artigo 2º, parágrafo único, do Ato/PGJ nº 033, de 04 de abril de 2017, DEFERIMOS o pedido formulado pelo servidor ANDERSON MARTINS SANTIAGO, Matrícula nº 100.910, ocupante do cargo de Analista Ministerial – Especialidade Ciências Jurídicas, lotado atualmente na 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, concedendo-lhe a flexibilização da sua carga horária de trabalho a realizada no período das 07:30 às 14:30 horas.

Notifique o servidor requerente e sua Chefia imediata desta Decisão.

Publique-se no D.O.M.P.E. Arquive-se temporariamente os autos no Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento. Cumpra-se.

Palmas, 08 de junho de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

Tutela da Infância e Juventude
Av. Neief Murad, Chácara 47-A, St. Noroeste, Araguaína/TO, CEP: 77800-000, Tel. (63) 3414-8509
E-mail: sidneyjunior@mpto.mp.br

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 014/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 44/2017.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor

Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigo 4ª da Lei 8.069/90, art. 127, 129, II e III, art. 205, da CF/88.

ORIGEM: Instaurado de ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar irregularidades nas unidades de ensino da rede estadual do município de Nova Olinda/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína 30 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 2017.0000457

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 096/2017.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigo 4ª da Lei 8.069/90, art. 127, 129, II e III, da CF/88.

ORIGEM: Representado por Ana Maria Carvalho de Sá.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar a falta de transporte escolar para alunos da rede municipal de ensino, residentes na Fazenda Modelo II, na cidade de Araguaína/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína 26 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 2017.0000608

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 131/2017.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigo 4ª da Lei 8.069/90, art. 127, 129, II e III, da CF/88.

ORIGEM: Representado pelo Disque Direitos Humanos – Disque 100.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa garantir o acesso à merenda escolar aos alunos da rede pública estadual, na cidade de Muricilândia/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína 05 de junho de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA ICP nº. 32/2017-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei 7.347/85; art 1º, inciso II c/c art. 5º, inciso I, da Lei 7.347/85.

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº. 2017.3.29.23.0153.

FATO EM APURAÇÃO: Possível dano à ordem urbanística decorrente da implantação do loteamento oriundo de parcelamento irregular do solo no Município de Palmas, denominado "Loteamento Chácars Machado Oeste", situado na Avenida M, Jardim Aurenay III, nesta Capital.

INVESTIGADOS: ALBERTO SOARES COIMBRA, MARIA JOSÉ COIMBRA E MUNICÍPIO DE PALMAS-TO.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 25 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 25 de maio de 2018.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA ICP nº. 33/2017-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei 7.347/85; art 1º, inciso II c/c art. 5º, inciso I, da Lei 7.347/85.

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº. 2017.3.29.23.0154.

FATO EM APURAÇÃO: Possíveis danos à ordem urbanística do Município de Palmas-TO decorrente do funcionamento irregular do comércio ambulante, além da ausência de infraestrutura adequada e de segurança no Centro de Comércio Popular (CECOP) de Taquaralto, também conhecido como ARCA, bem como possível omissão do Poder Público Municipal ao deixar de promover ações e projetos necessários à regularização do local e a implantação de infraestrutura básica e segurança no lugar.

INVESTIGADOS: MUNICÍPIO DE PALMAS-TO E ASSOCIAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DA ARCA DE TAQUARALTO CECOP.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 26 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 26 de maio de 2018.

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

PROCEDIMENTO: 2017.0000336

PORTARIA: ICP/049/2017

FUNDAMENTOS: Artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988; no artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; no artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, no artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, na Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e no Art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Protocolo 07010161899201712

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual descumprimento de ordem judicial, podendo configurar ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO(S): Carlos Enrique Franco Amastha

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, junho de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

PROCEDIMENTO: 2017.0000326

PORTARIA: ICP/0148/2017

FUNDAMENTOS: Artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988; no artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; no artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, no artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, na Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e no Art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Protocolo 07010161086201722

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual descumprimento de ordem judicial, podendo configurar ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO(S): Carlos Enrique Franco Amastha

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 09 de junho de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

202 Norte, Conj. 03, Av. LO 4 c/Av. Teotônio Segurado, S. 227 – Fone 3216-7600 – Palmas – TO – CEP: 77.006.218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil nº 21/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado
PORTARIA N.º 133/2017

INVESTIGANTE: Marcelo Lima Nunes - 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/2008.

ORIGEM: Notícia de fato n. 2017.0000442

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Garantias constitucionais, acessibilidade.

FATO EM APURAÇÃO: Ausência de acessibilidade nos pontos de parada de ônibus atendidos pelo transporte coletivo na cidade de Gurupi.

REPRESENTADO: Município de Gurupi

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 06 de junho de 2017.

Avenida Rio Grande do Norte, 1797, Centro, CEP. 77.410-080
Fones: (063) 3312-1369 / 3315-2055

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FIGUEIRÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.
PORTARIA N.º 004/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Figueirópolis/TO

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; no art. 4º da Resolução n.º 03/2008/CSMPPTO.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 001/2016 instaurado com a finalidade de apurar prática de atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao Erário (art. 10 da Lei nº 8.429/92) e ofensa aos princípios da administração pública (art. 11 da Lei nº 8.429/92).

FATO EM APURAÇÃO: investigar a distribuição de cheques assinados pelo ex-gestor José Datas do Rêgo, referente ao período de 2009 a 2012.

INVESTIGADO: José Dantas do Rêgo.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Figueirópolis/TO, 09 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.
PORTARIA N.º 005/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Figueirópolis/TO

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; no art. 4º da Resolução n.º 03/2008/CSMPPTO.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 004/2015 instaurado

com a finalidade de apurar prática de atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao Erário (art. 10 da Lei nº 8.429/92) e ofensa aos princípios da administração pública (art. 11 da Lei nº 8.429/92).

FATO EM APURAÇÃO: investigar irregularidades das contas do ordenador de despesas dos ex-presidentes da Câmara Municipal de Figueirópolis, Vilmar Pinto dos Reis e Aristóteles Azevedo Milhomens, no período de 01/01/08 a 11/07/08 e 12/07/08 a 31/12/08.

INVESTIGADOS: Vilmar Pinto dos Reis e Aristóteles Azevedo Milhomens

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Figueirópolis/TO, 09 de junho de 2017.

Av. Federal, s/nº, centro - CEP 77465-000 - Figueirópolis/TO
Fone: (63) 3374-1333.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GOIATINS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA N.º 004/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Goiatins-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Representação

FATO EM APURAÇÃO: Origem dos recursos, sua incorporação ou não no patrimônio municipal e a atribuição ministerial e competência jurisdicional para análise do feito; se as obras elencadas na representação encontram-se com seus cronogramas de pagamentos pari passu com as execuções físicas das obras; verificar as condutas e responsabilidades de todos os gestores envolvidos; levantar os agentes privados envolvidos que teriam recebido valores superiores aos prestados.

INVESTIGADOS: Vinícius Donover Gomes, Manoel Natalino Pereira Soares e outras a identificar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Goiatins-TO, 25 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA N.º 006/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Goiatins-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Representação

FATO EM APURAÇÃO: 1) se há crianças e adolescentes desassistidos da cobertura de transporte escolar por omissão da Prefeitura e obrigar a prefeitura respeitar e fazer valer os direitos das crianças e adolescentes; 2) se o transporte escolar, nos que em que prestados por terceiros, foi contratado via licitação ou não e a adequação da via de contratação escolhida; 3) a regularidade dos veículos que prestam o transporte escolar com as vistorias do DETRAN que indiquem a adequação dos veículos; 4) condutas omissivas ou comissivas de improbables agentes públicos no descumprimento do direito das crianças e adolescentes em relação ao transporte escolar
INVESTIGADOS: a determinar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Goiatins-TO, 31 de maio de 2017.

Av. Sousa Porto, Centro, CEP. 77.770-000, Goiatins-TO, telefone:
(63) 3469-1280